



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**



REGULAMENTO DE ÉTICA NO CICLISMO DE FORMAÇÃO

Aprovado em Reunião de Direção no dia 09.01.2017



Preâmbulo

A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO – entidade responsável pela promoção, regulamentação e direção do ciclismo a nível nacional –, considera prioritária, a sua intervenção junto dos praticantes jovens, de modo a sensibilizá-los para a necessidade de projetarem e conduzirem as suas carreiras desportivas em estrita observância dos princípios da ética, do *fair play*.

Deve ser incutido nos ciclistas jovens, de uma forma muito clara e estimulante, que o objetivo fundamental da prática desportiva em idade de formação não é a obtenção de resultados desportivos, mas antes o desenvolvimento saudável das suas capacidades físicas, técnicas e motoras, a sua ocupação dos tempos livres e o crescimento do jovem em termos intelectuais e morais.

E, por isso, é *mister* dar a conhecer, tanto aos jovens como aos adultos que têm uma influência direta ou indireta sobre o envolvimento e a participação dos jovens no ciclismo, os malefícios e perigos da dopagem, bem como o carácter antiético de fenómenos como a violência e a corrupção. Outrossim, importa formá-los para as melhores práticas internacionais, nomeadamente, dando-lhes a oportunidade de ouvirem o testemunho, *in loco*, de agentes ligados à modalidade e que, tendo norteado sempre as suas condutas desportivas pelos princípios do *fair play*, atingiram o sucesso e tiveram (ou têm) carreiras de reconhecido mérito em diversas vertentes do ciclismo.

Cientes de que esta iniciativa só pode atingir resultados positivos se nela forem também envolvidos todos aqueles que mais de perto e diariamente lidam com os jovens ciclistas, clubes e pessoal de apoio são aqui chamados a assumir responsabilidades e a colaborar com a implementação da estratégia que a FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO definiu para atingir o objetivo traçado.

Pelo que, ao abrigo dos poderes conferidos à FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO pelo artigo 2.º alínea a) do Regime Jurídico das Federações Desportivas (Decreto-Lei n.º248-B/2008, de 31 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de junho) a Direção aprova (com a legitimidade que lhe é conferida pelo artigo 39.º alínea a) dos Estatutos da UVP/FPC) o presente Regulamento de Ética no Ciclismo de Formação, que decreta o seguinte:

ARTIGO 1.º

OBJETO, ÂMBITO E DEFINIÇÕES

1. O presente Regulamento estabelece um conjunto de regras destinadas a obter a cooperação, e consequente responsabilização, dos clubes e seu pessoal de apoio na formação ético-desportiva dos ciclistas jovens.



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**

2. O presente Regulamento aplica-se aos clubes filiados que disputem competições na categoria de escolas, cadetes, juniores e Sub/23 e ao respetivo pessoal de apoio que tenha envolvimento, direto ou indireto, na participação dos ciclistas jovens na modalidade.
3. Para efeitos do presente Regulamento:
 - a) A definição de «pessoal de apoio» é a constante na alínea kk) do artigo 2.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, na redação atual dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de agosto (Lei Antidopagem no Desporto);
 - b) São «ciclistas jovens» os ciclistas filiados na FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO na categoria de Cadetes, Juniores ou Sub/23.

ARTIGO 2º

AÇÕES DE FORMAÇÃO

1. A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO organizará e promoverá, durante o ano de 2017, as seguintes ações de formação:

Data	Tema	Preletor	Local/ Horário
A definir	-Regulamento antidopagem -Formar, educar, prevenir e regular	Dr. Tito Crespo ADoP Convidado a designar	A designar
A definir	-Regulamento antidopagem -Formar, educar, prevenir e regular	Dr. Tito Crespo ADoP Convidado a designar	A designar
A definir	-Regulamento antidopagem -Formar, educar, prevenir e regular	Dr. Tito Crespo ADoP Convidado a designar	A designar

Nota: As datas, locais e os preletores serão designados através de comunicado com o programa de cada ação e destinam-se preferencialmente para as categorias de Juniores (estrada), Sub23 (estrada) e XCO.

2. É obrigatória a presença de um dirigente e de um treinador por cada equipa que compita em provas de ciclismo de estrada e cross country olímpico na categoria de Juniores ou Sub/23 em, pelo menos, uma das ações de formação previstas no quadro constante do número anterior.
3. Sob pena de vir a ser responsabilizado pela omissão, cabe a cada clube diligenciar no sentido de garantir que é dado cumprimento à obrigação prevista no número anterior.



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**

4. A frequência das ações de formação previstas no quadro do número anterior vai atribuir aos participantes unidades de crédito para a formação contínua dos treinadores, a indicar pelo IPDJ.
5. Será emitida uma credencial de participação a todos os dirigentes que participem nas ações de formação, credencial que permitirá o acompanhamento da respetiva equipa em provas Nacionais e regionais

ARTIGO 3.º

OBRIGAÇÕES DOS CLUBES E DO PESSOAL DE APOIO

1. São obrigações dos clubes e do seu pessoal de apoio:
 - a) Sensibilizar os ciclistas jovens para a necessidade de adotarem comportamentos leais e éticos no desporto, no que se inclui explicar-lhes os malefícios da dopagem e a reprovabilidade e antijuricidade da corrupção desportiva e das condutas violentas;
 - b) Ter um comportamento público que seja um modelo positivo para os ciclistas jovens;
 - c) Fazer da saúde, da segurança e do bem estar dos ciclistas jovens a prioridade, com primazia sobre os aspetos competitivos; e,
 - d) Dar conhecimento à FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO de qualquer comportamento de um ciclista jovem que possa ser considerado desleal ou antiético.
2. No que à luta contra a dopagem em particular diz respeito, são ainda obrigações dos clubes:
 - a) Assegurarem-se que nenhum membro do seu pessoal de apoio infringe a Lei Antidopagem no Desporto;
 - b) Assegurarem-se que nenhum dos seus ciclistas jovens infringe a Lei Antidopagem no Desporto;
 - c) Assegurarem-se que os pedidos de Autorização de Utilização Terapêutica dos seus ciclistas jovens são efetuados com o conhecimento do médico do clube devidamente filiado na FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO ou, na ausência ou impossibilidade deste, com o conhecimento do médico da FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO; e,
 - d) Assegurarem-se que os pedidos de Autorização de Utilização Terapêutica dos seus ciclistas jovens integrados no sistema do alto rendimento são efetuados com o conhecimento do médico da FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO.

ARTIGO 4.º

SANÇÕES

1. O incumprimento da obrigação prevista no artigo 2.º n.º2 ou de alguma das obrigações previstas no artigo 3.º n.º 2 deste Regulamento, ainda que por mera negligência, é punido com a perda imediata do direito a receber quaisquer subsídios, ajudas de custo ou outros

apoios a atribuir pela FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO ao Clube, pelo período a fixar entre 6 (seis) meses e 2 (dois) anos.

2. O incumprimento de alguma das obrigações previstas no artigo 3.º n.º 1 deste Regulamento, ainda que por mera negligência, é punido:
- a) Tratando-se de primeira infração, com mera repreensão escrita;
 - b) Havendo reincidência, com a sanção prevista no número anterior.

ARTIGO 5.º

PUBLICIDADE E ENTRADA EM VIGOR

O presente Regulamento é imediatamente publicado no site da UVP-FPC e entra em vigor no dia 10 de janeiro de 2017.